LICITAÇÃO N. 696088, referente à Concorrência n. 005/2005, tipo menor preço, promovida pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de produtos betuminosos e serviços de manutenção de pavimento e de engenharia em diversas vias urbanas do Município.

Interessados: Ronaldo Canabrava, Prefeito Municipal e Aluísio Barbosa Júnior, Presidente da Comissão de Licitação.

Advogados: Dra. Elizabeth das Graças Abreu e Silva, OAB/MG 45636 e outros.

Ementa: Licitação. Concorrência. Prefeitura Municipal –Irregularidades no edital que não comportam meras correções. Inaplicabilidade do art. 113, § 2º da Lei n. 8.666/93 – Determinação de anulação do instrumento nos termos do art. 49 da citada lei e a conseqüente publicação de outros editais. Recomendação para que sejam observadas as alterações indicadas (Notas Taquigráficas) – Restituição dos valores pagos pelos licitantes a título de aquisição do edital – Fixação do prazo de trinta (30) dias para adoção das medidas determinadas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de n. **696088**, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Contas, incorporado neste o relatório, por unanimidade, nos termos do voto do Relator e a teor do art. 76, XVI, da Constituição Estadual, em determinar que a Administração Municipal de Sete Lagoas promova a anulação do instrumento convocatório n. 005/2005, por considerar que o mesmo não tem condições de ser simplesmente corrigido na forma do previsto no parágrafo 2º do artigo 113 da Lei das Licitações, e que, conseqüentemente seja promovida a publicação de outros três editais, um para cada objeto a ser contratado, com as alterações indicadas nas notas taquigráficas, parte integrante destes autos, sem prejuízo da restituição dos valores pagos pelos licitantes a título de aquisição do edital em mesa, fixando o prazo de trinta dias para a adoção das medidas ora determinadas, devendo os novos editais, devidamente publicados, ser encaminhados a este Tribunal escoimados das irregularidades apuradas por ocasião deste julgamento, sob pena de aplicação de multa ao Prefeito Municipal Ronaldo Canabrava, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Sala das Sessões do Tribunal de Contas, 20 de setembro de 2005.

_____, Presidente
FLÁVIO RÉGIS XAVIER DE MOURA E CASTRO e Relator